



REITORIA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**Revisão do Projeto de Execução para Adaptação de Campo Grande 185-
189 a Residência de Estudantes da ULisboa**

AQUISICÃO DE SERVIÇOS

**CADERNO DE ENCARGOS
Cláusulas Jurídicas**

Procedimento N° **67/PS/24**

Processo N° **12 .33**

dezembro de 2024
Área do Edificado

INDICE

CADERNO DE ENCARGOS - Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1ª	Objeto e âmbito
Cláusula 2ª	Natureza dos trabalhos
Cláusula 3ª	Caracterização dos serviços a prestar
Cláusula 4ª	Contrato
Cláusula 5ª	Local de prestação dos serviços
Cláusula 6ª	Entidades intervenientes
Cláusula 7ª	Obrigações principais do prestador de serviços
Cláusula 8ª	Preço base
Cláusula 9ª	Prazos da prestação de serviços
Cláusula 10ª	Extensão e descrição dos trabalhos e forma de prestação do serviço
Cláusula 11ª	Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato
Cláusula 12ª	Preço contratual e condições de pagamento
Cláusula 13ª	Adiantamentos
Cláusula 14ª	Revisão da Remuneração
Cláusula 15ª	Responsabilidade pelos erros e omissões da empreitada
Cláusula 16ª	Penalidades contratuais
Cláusula 17ª	Descontos nos pagamentos
Cláusula 18ª	Termos de responsabilidade
Cláusula 19ª	Dever de sigilo
Cláusula 20ª	Força maior
Cláusula 21ª	Resolução por parte do contraente público
Cláusula 22ª	Resolução por parte do prestador de serviços
Cláusula 23ª	Caução para garantir o cumprimento de obrigações
Cláusula 24ª	Seguros
Cláusula 25ª	Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 26ª	Comunicações e notificações
Cláusula 27ª	Contagem dos prazos
Cláusula 28ª	Foro competente
Cláusula 29ª	Legislação aplicável
Cláusula 30ª	Nomeação de Gestor de Contrato

Anexo 1 – Cláusulas Técnicas

PARTE I - Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1ª

Objeto e âmbito

O objeto do contrato consiste, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste caderno de encargos, na **Prestação de Serviços de Revisão de Projeto de Execução para Adaptação de Campo Grande 185-189 a Residência de Estudantes da ULisboa** (CPV 71248000-8 Supervisão de projeto e documentação).

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Universidade de Lisboa, doravante abreviadamente designado por ULisboa, na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços relativa a Revisão de Projeto, nos termos indicados nos números seguintes e melhor definidos nas Cláusulas técnicas do Caderno de encargos.

Cláusula 2ª

Natureza dos trabalhos

1. Os **projetos, estudos ou planos a rever** são os seguintes:

Projeto de Execução para Adaptação de Campo Grande 185-189 a Residência de Estudantes da ULisboa
Estaleiro, Segurança e Higiene no Trabalho
Arquitetura (Projeto Geral)
Acessibilidades
Fundações e estruturas
Escavação e contenção periférica
Demolições
Instalações, equipamentos e sistemas de águas e águas residuais
Instalações, equipamentos e sistemas elétricos
Instalações, equipamentos e sistemas de comunicações
Instalações, equipamentos e sistemas de aquecimento, ventilação, ar condicionado e refrigeração (AVACR)
Instalações, equipamentos e sistemas de transporte de pessoas e cargas
Segurança integrada
Sistema de automatização e controlo de edifícios (SACE)
Comportamento térmico
Condicionamento acústico
Espaços Exteriores
Gestão ambiental e sustentabilidade
Mobiliário e equipamento
Sinalética
Outros Projetos, Estudos ou Planos (caso aplicável)

2. A estimativa orçamental da respetiva empreitada de construção é aproximadamente **€7.750.000** (sem IVA).

Cláusula 3ª

Caracterização dos serviços a prestar

1. Entende-se por **Revisão do Projeto**, a análise crítica do projeto e a emissão dos respetivos pareceres, por outrem que não o Projetista, conforme definido na alínea a) do artigo 1.º - Definições - das Instruções para a Elaboração de Projetos de Obras, aprovadas pela Portaria nº 255/2023, de 7 de agosto.
2. A revisão de projeto tem como objetivo conferir maior fiabilidade e, por consequência, mais qualidade ao projeto, minimizando o risco de erros e/ou omissões e desvios, tanto no custo como no prazo, na obra a realizar.
3. A revisão deverá ser realizada por equipa multidisciplinar, incluindo um Coordenador da Revisão e constituída por Arquitetos e técnicos das Especialidades, todos com a qualificação e habilitação adequadas à natureza dos projetos em causa e previstas, para a sua elaboração, no artigo 10.º da Lei n.º 40/2015, de 1 de junho.
4. A equipa encarregue da revisão deverá analisar os projetos, estudos os planos, avaliando a compatibilidade entre os projetos das várias especialidades, a qualidade, a pormenorização e desenhos das soluções apresentadas, o rigor e a conformidade legal das suas especificações e dimensionamento, e, ainda, a exatidão do orçamento, quantificação e natureza dos trabalhos a executar, pretendendo-se que seja efetuada uma revisão cuidadosa das medições e orçamentos de todas as espécies de trabalhos e a verificação da compatibilização de todas as peças do projeto.

Cláusula 4ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1 Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2 Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - 2.3 O presente Caderno de Encargos;
 - 2.4 A proposta adjudicada;
 - 2.5 Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 5ª

Local de prestação dos serviços

A revisão de projeto deverá ser feita onde o adjudicatário entender por conveniente.

Cláusula 6ª

Entidades intervenientes

As entidades diretamente intervenientes no desenvolvimento dos trabalhos a que se refere a prestação de serviços, objeto deste Caderno de Encargos, são:

- **Entidade Contratante:** Serviços Centrais da Universidade de Lisboa
- **Adjudicatário / Prestador de Serviços/ Cocontratante:** Prestador dos serviços objeto deste Caderno de Encargos;

Cláusula 7ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem, como obrigações principais do prestador de serviços, as obrigações e responsabilidades relativas à boa Revisão do Projeto de Execução para Adaptação de Campo Grande 185-189 a Residência de Estudantes da ULisboa
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo e, ainda, ao estabelecimento e manutenção dos contactos que se revelem necessários com outras entidades, nomeadamente com os projetistas.

Cláusula 8ª

Preço base

O preço base para a prestação de todos os serviços é de **€19.900,00** (dezanove mil e novecentos euros e zero cêntimos) não incluindo o valor do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Cláusula 9ª

Prazos da prestação de serviços

1. O trabalho a realizar pelo adjudicatário, em conformidade com a cláusula seguinte deste caderno de encargos, terá a duração máxima de acordo com o indicado seguidamente:
 - Elaboração e emissão do **Relatório Preliminar - 10 (dez) dias corridos**, a contar da data de entrega ao adjudicatário dos projetos a rever;
 - Elaboração e emissão do **Relatório Final - 5 (cinco) dias corridos**, a contar da data da receção de todos os projetos retificados/ observações respondidas pelos projetistas.
2. Os trabalhos decorrerão sem interrupção para férias, sendo iniciados de imediato, após a outorga do contrato, sem embargo do adjudicatário, por sua conta, os iniciar mais cedo se assim o entender.

Cláusula 10ª

Extensão e descrição dos trabalhos e forma de prestação do serviço

Para além do estabelecido nas cláusulas técnicas deste Caderno de Encargos, decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

1. Obtenção, junto da equipa projetista, de todos os elementos considerados necessários para proceder à revisão do projeto, sempre com conhecimento da entidade contratante.
2. Realização de reuniões com os projetistas, a seu pedido ou da entidade contratante, em número que se venha a revelar necessário e sempre com a presença da entidade contratante, das quais deve ser lavrada ata, elaborada pela entidade que procede à revisão do projeto, a assinar por todos os intervenientes na reunião.
3. Realização da revisão do projeto em 2 fases, sendo a primeira referente à análise crítica dos projetos e a segunda à validação técnica dos mesmos.
4. Emissão de pareceres, realizada após análise crítica dos projetos, devendo constar dos referidos pareceres a discriminação de todos os aspetos analisados e respetivas constatações e recomendações.
5. Compilação dos pareceres num primeiro relatório – relatório preliminar – o qual será remetido à equipa projetista para efeitos de retificação / resposta às observações apresentadas.
6. Validação técnica a efetuar após retificação / resposta às observações por parte dos projetistas, devendo ser elaborado um relatório final onde o prestador de serviços atesta “encontrar-se o projeto de execução em condições de ser aprovado e lançado o respetivo procedimento para a construção”.

7. Subscrição dos relatórios referidos nos pontos anteriores por parte de todos os elementos da equipa de revisão do projeto, com indicação da especialidade em cuja revisão participou.
8. Revisão cuidada e detalhada das quantidades de trabalho constantes do mapa de quantidades que servirá de base ao lançamento do procedimento de empreitada de construção, tendo em vista verificar a exatidão e rigor das mesmas, de forma a avaliar a consistência do orçamento, a sua compatibilidade com as peças de projeto e a suficiência dos trabalhos estimados.
9. Identificação, oportuna e completa de todos os eventuais erros e omissões do projeto, incluindo as suas consequências no âmbito da coordenação das várias Especialidades do projeto, para efeitos de imediata informação e recomendações à entidade contratante tendo em atenção o cumprimento das metas orçamentais e do prazo da obra.
10. Revisão do orçamento, tendo em conta, não só a exatidão e rigor intrínsecos ao mesmo, mas também as condições de exequibilidade e a particular situação do mercado; deverá ser analisada a evolução da estimativa orçamental ao longo das diferentes fases do projeto, devendo ser identificados os artigos da lista de quantidades em que se encontram os principais acréscimos de custos e qual a origem dos referidos acréscimos.
11. Análise de todas as peças do projeto de forma a verificar a sua compatibilização.

Cláusula 11ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. Após a entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Reitoria da Universidade de Lisboa procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo que for determinado pela RUL, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
4. A mediação de qualquer conflito entre revisores e projetistas ficará a cargo da Universidade de Lisboa a quem compete definir quais as alterações/retificações a introduzir no projeto.

Cláusula 12ª

Preço contratual e condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Reitoria da Universidade de

Lisboa deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da prestação de serviços.
3. O preço a que se refere o n.º 1 será pago nos seguintes termos:
 - Com a emissão do **Relatório Preliminar – 70%** do valor contratual
 - Com a emissão do **Relatório Final – 30%** do valor contratual
4. Para efeitos de pagamento, as faturas deverão ser apresentadas com uma antecedência de 60 dias em relação à data do respetivo vencimento, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva, nos termos da **cláusula 9ª** – Extensão e descrição dos trabalhos e forma de prestação do serviço – deste caderno de encargos.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 13ª **Adiantamentos**

Não está prevista a concessão de adiantamentos.

Cláusula 14ª **Revisão da Remuneração**

O valor dos honorários é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 15ª **Responsabilidade pelos erros e omissões da empreitada**

No caso de ser necessário executar trabalhos complementares para suprimento de erros e omissões, aplica-se o disposto no art.º 378 do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16ª **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato por causa imputável ao adjudicatário, a Reitoria da Universidade de Lisboa poderá aplicar uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \times A / 500$$

Em que:

P - Montante da penalidade;

V - Preço Contratual;

A - Número de dias em atraso.

2. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, a exercer nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos, exceto se houver fundado receio de a execução da mesma se frustrar por virtude daquela audiência, nos termos do n.º 3 do mesmo dispositivo legal.
3. A cobrança das eventuais penalidades em que o adjudicatário incorra serão deduzidas no primeiro pagamento devido, logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de 10 (dez) dias a contar da respetiva notificação para o efeito enviada pela Reitoria da Universidade de Lisboa ao prestador de serviços.
4. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas à ULisboa for protelado por qualquer motivo, o adjudicatário deverá pagar juros de mora à taxa legal, com efeitos a contar da data em que a sanção deveria ter sido paga.
5. A entidade contratante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a ULisboa exija uma indemnização pelo dano emergente.

Cláusula 17ª

Descontos nos pagamentos

A entidade contratante deduzirá nos pagamentos parciais a fazer ao adjudicatário as importâncias necessárias ao reembolso da pena pecuniária e todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.

Cláusula 18ª

Termos de responsabilidade

Nos termos do artigo 21º da Lei nº 40/2015, de 1 de junho, todos os técnicos devem subscrever termos de responsabilidade nos casos nela previstos e na lei em geral.

Cláusula 19ª

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 20ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas

a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 21ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Reitoria da Universidade de Lisboa pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
 - b) Sempre que o prestador de serviços não cumpra as suas obrigações, após ter sido notificado desse não cumprimento, e se, decorrido o prazo que lhe for fixado na notificação, não tiver sanado a sua atuação ou apresentado justificação aceitável pela entidade contratante;
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços
3. Se a rescisão der lugar a indemnização, esta será calculada nos termos do CCP e restante legislação aplicável.

Cláusula 22ª

Resolução por parte do prestador de serviços

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 23ª

Caução para garantir o cumprimento de obrigações

1. Não é exigida caução.

Cláusula 24ª

Seguros

1. É da responsabilidade do Prestador de Serviços a cobertura, através de contratos de seguros de responsabilidade civil, dos riscos de danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade.
2. O Prestador de Serviços deverá acautelar a celebração de contrato de seguro de responsabilidade civil para os técnicos abrangidos pela Lei nº 40/2015, de 1 de Junho, de acordo com o artigo 24.º, e demais legislação em vigor à data da celebração do Contrato.
3. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços fornecê-la no prazo de **5** (cinco) dias úteis.

Cláusula 25ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação seguem o estatuído no capítulo VI do CCP.
2. O adjudicatário **não pode subcontratar ou ceder a sua posição contratual**, ou qualquer direito e obrigação decorrente do contrato, **sem autorização da entidade adjudicante**.
3. A **possibilidade de cessão da posição contratual** deve constar expressamente do contrato, salvo nos casos específicos previstos nas alíneas a) e b) no n.º 1 do artigo 318.º do CCP.
4. A **autorização da cessão da posição contratual** prevista no número anterior **depende**:
 - a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato relativo ao presente procedimento;
 - b) Do preenchimento, por parte do potencial cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao cedente para efeitos de qualificação, quando esta tenha tido lugar na fase de formação do contrato relativo ao presente procedimento;
5. A **autorização da subcontratação** prevista no n.º 1 do presente artigo **depende**:
 - a) Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial subcontratado que sejam exigidos ao subcontratante na fase de formação do contrato relativo ao presente procedimento;
 - b) Do preenchimento, por parte do potencial subcontratado, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e de capacidade financeira exigidos ao subcontratante para efeitos de qualificação, quando o contrato subordinar expressamente a subcontratação à avaliação dessas capacidades ou de uma delas, ou do preenchimento, por parte do

potencial subcontratado, dos requisitos mínimos de capacidade técnica relativos às prestações a subcontratar, sempre que o cocontratante recorra à capacidade de potenciais subcontratados, para efeitos de qualificação na fase de formação do contrato.

6. A autorização estabelecida no presente caderno de encargos, não dispensa a observância, no momento da cessão ou subcontratação, dos limites e requisitos previstos no artigo 317.º do CCP.
7. Nos termos previstos no artigo 321º-A do CCP é conferido ao subcontratado o direito de reclamar, junto do Contraente Público, quaisquer pagamentos em atraso que lhe sejam devidos pelo Cocontratante, exercendo o Contraente Público o direito de retenção sobre as quantias do mesmo montante devidas ao cocontratante por força do contrato principal.
8. A possibilidade de pagamento direto ao subcontratado deve cumprir os requisitos e a tramitação legalmente prevista nos vários números do artigo referido no número anterior.

Cláusula 26ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 27ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 28ª

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contrato será competente o Tribunal Administrativo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro e sem prejuízo da faculdade legalmente prevista de as partes poderem, se assim o acordarem, celebrar compromisso arbitral submetendo qualquer eventual questão a decisão por arbitragem.

Cláusula 29ª

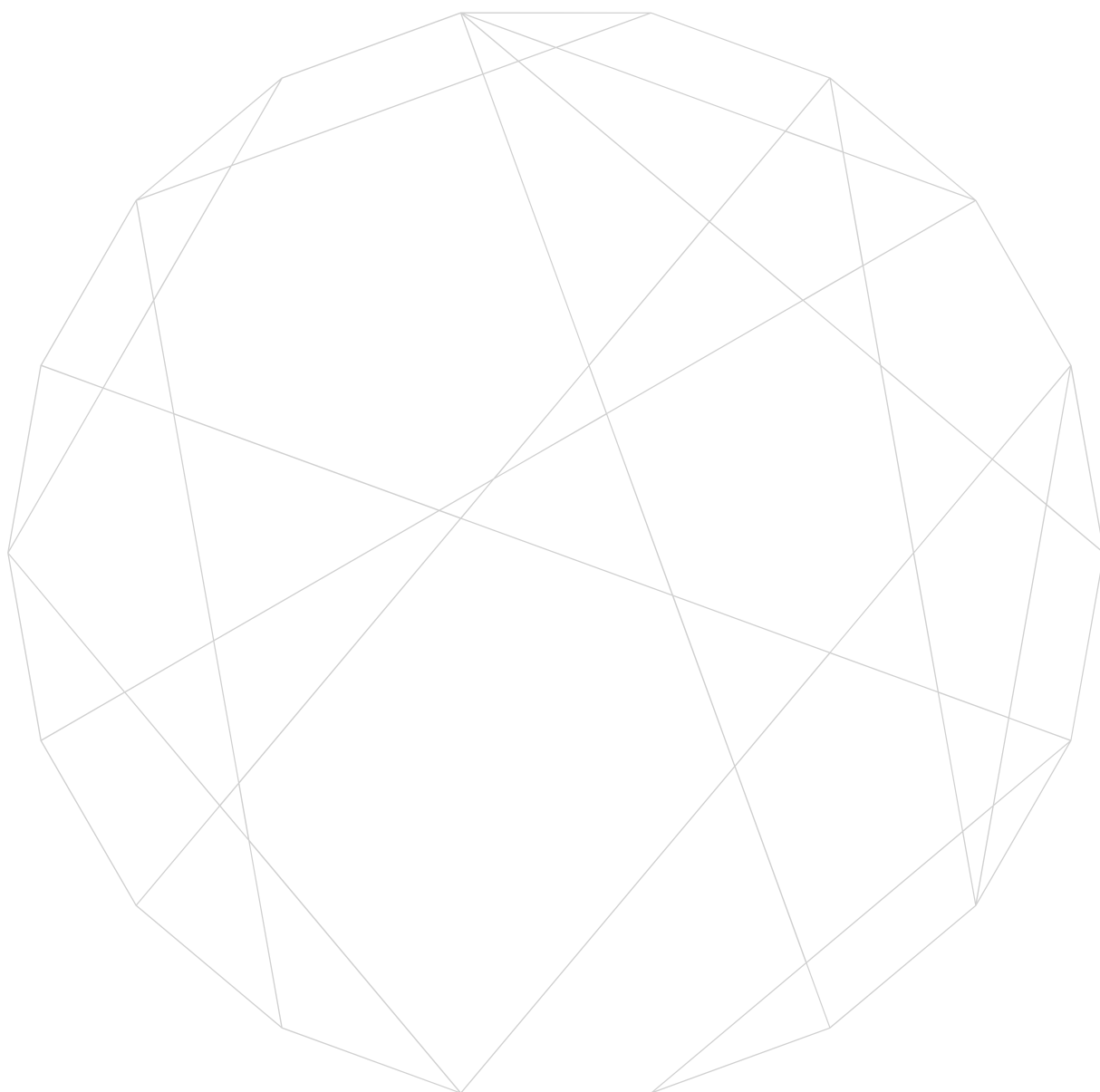
Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na Lei nº 40/2015, de 1 de junho e na restante legislação aplicável.

Cláusula 30ª

Nomeação de Gestor de Contrato

Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP cada Entidade Adjudicante designa um gestor responsável pelo contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento.





REITORIA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**Revisão do Projeto de Execução para Adaptação de Campo Grande 185-
189 a Residência de Estudantes da ULisboa**

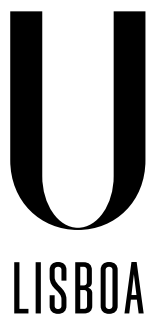
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**CADERNO DE ENCARGOS
Cláusulas Jurídicas**

Procedimento N° **67/PS/24**

Processo N° **12 .33**

dezembro de 2024
Área do Edificado



REITORIA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

CADERNO DE ENCARGOS

ANEXO 1 - Cláusulas Técnicas

**Revisão do Projeto de Execução para Adaptação de
Campo Grande 185-189 a Residência de Estudantes da
ULisboa**

Procedimento N° 67/PS/24

Processo N° 12.33

dezembro 2024

Área do Edificado do Departamento Técnico

Caderno de Encargos - Cláusulas Técnicas

Revisão do Projeto de Execução para Adaptação de Campo Grande 185-189 a Residência de Estudantes da ULisboa

Disposições gerais

A revisão do projeto deverá incidir sobre os aspetos técnico-económicos, nomeadamente sobre:

- A qualidade das soluções;
- O cumprimento das disposições legais;
- A conformidade dos projetos de especialidades com as exigências legais;
- A compatibilidade entre os projetos das várias especialidades;
- A compatibilidade entre todas as peças do projeto;
- A exatidão dos cálculos;
- Impedir ou eliminar erros e omissões;
- O modo de apresentação das peças escritas e desenhadas tendo em atenção que as mesmas têm de ser fácil e inequivocamente interpretadas por parte das entidades intervenientes na obra;
- As quantidades de trabalho (medições) constantes do mapa que servirá de base ao lançamento do procedimento tendo em vista a sua exatidão, rigor, sua compatibilidade com as peças de projeto e a suficiência dos trabalhos estimados.
- O rigor e consistência do orçamento e respetivos preços unitários.

Âmbito dos trabalhos pretendidos

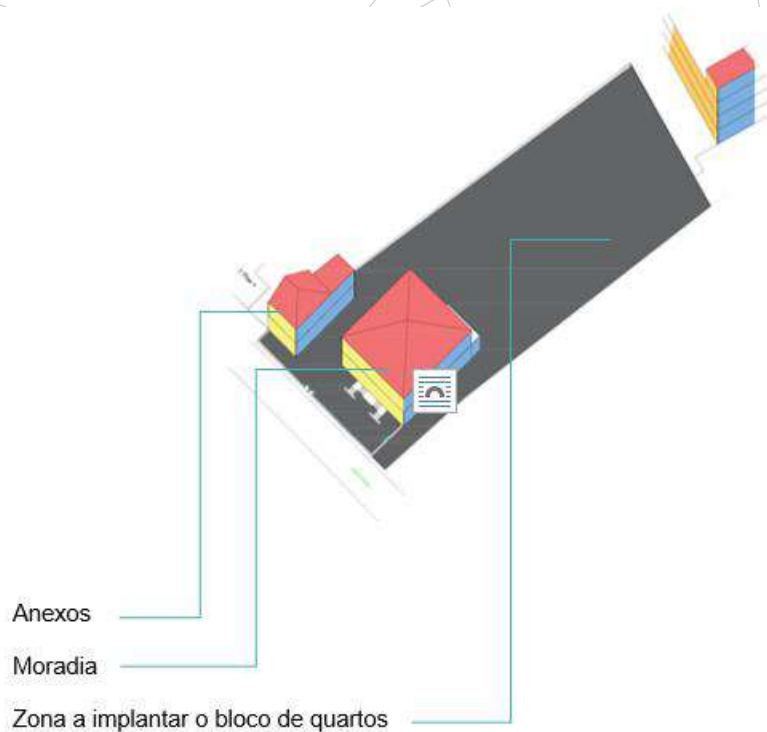
Pretende-se a Revisão do projeto de Execução para Adaptação de Campo Grande 185-189 a Residência de Estudantes da ULisboa. O edifício alvo da intervenção proposta situa-se no Campo Grande – 185 a 189, é propriedade da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e encontra-se inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 229 da freguesia de Alvalade, município de Lisboa e registado na Conservatória do Registo Predial sob a apresentação n.º 779/19951204.

O projeto visa a recuperação dos imóveis classificados segundo critérios de respeito pela história e imagem no local (moradia e anexos) e a construção de um bloco a tardoz com uma volumetria de 3,5 pisos acima do solo e 0,5 piso abaixo do solo, destinados ao uso de Residência Universitária de apoio à comunidade académica da Universidade de Lisboa.

A Figura abaixo apresenta uma vista aérea do edifício alvo de intervenção.



A Residência Campo Grande 185-189 contará com um total de 127 camas, em 120 unidades de alojamento. A área bruta total da intervenção corresponde a 5106,60m².



A estimativa orçamental da empreitada a executar é de cerca de € 7.750.000,00.

Tarefas a desenvolver na revisão do projeto

Para além do referido no Caderno de encargos – Cláusulas Jurídicas, nomeadamente na

Cláusula 9.^a – Extensão e descrição dos trabalhos e forma de prestação do serviço – o adjudicatário deverá proceder à:

Verificação da conformidade das soluções

Verificação da conformidade das soluções adotadas pelos projetistas com as exigências do dono da obra. Esta verificação estende-se a todas as áreas definidas neste caderno de encargos.

Verificação da adequada correspondência dos materiais e processos

Verificação da adequada correspondência dos materiais e processos construtivos adotados pelo projetista aos objetivos da obra, tendo particular atenção no que se refere à facilidade de conservação e manutenção do edifício e à economia das soluções em face da durabilidade das mesmas;

Análise da funcionalidade, fiabilidade e durabilidade das soluções

Análise da funcionalidade, fiabilidade e durabilidade das soluções adotadas pelo projetista para as diferentes infraestruturas;

Verificação do dimensionamento dos espaços reservados para instalações técnicas

Verificação do dimensionamento dos espaços reservados para instalações técnicas, no que se refere à exploração e manutenção das instalações e equipamentos;

Verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentos

Verificação do cumprimento das disposições legais e regulamentos em vigor, no que se refere ao dimensionamento das fundações, estruturas, instalações e equipamentos;

Análise da fiabilidade e da adequação dos critérios

Análise da fiabilidade e da adequação dos critérios de dimensionamento e dos métodos de cálculo utilizados

Verificação da compatibilidade das diferentes especialidades

Verificação da compatibilidade das diferentes especialidades do projeto entre si e com as condições existentes no local;

Análise das especificações técnicas do projeto

Análise das especificações técnicas do projeto, no que se refere ao objetivo, critérios de medição, condições de preço e de execução, à qualidade e critérios de aceitação por cada material ou trabalho a realizar;

Verificação das medições apresentadas

Verificação das medições apresentadas, tendo em vista o despiste de erros. Introdução de correções e acertos, sempre que necessário.

Análise dos orçamentos apresentados

Análise dos orçamentos apresentados, verificando se cada um dos preços unitários está de acordo com os valores médios e atuais de mercado. Introdução de correções e acertos, sempre que necessário.

Avaliação do modo de apresentação das peças escritas

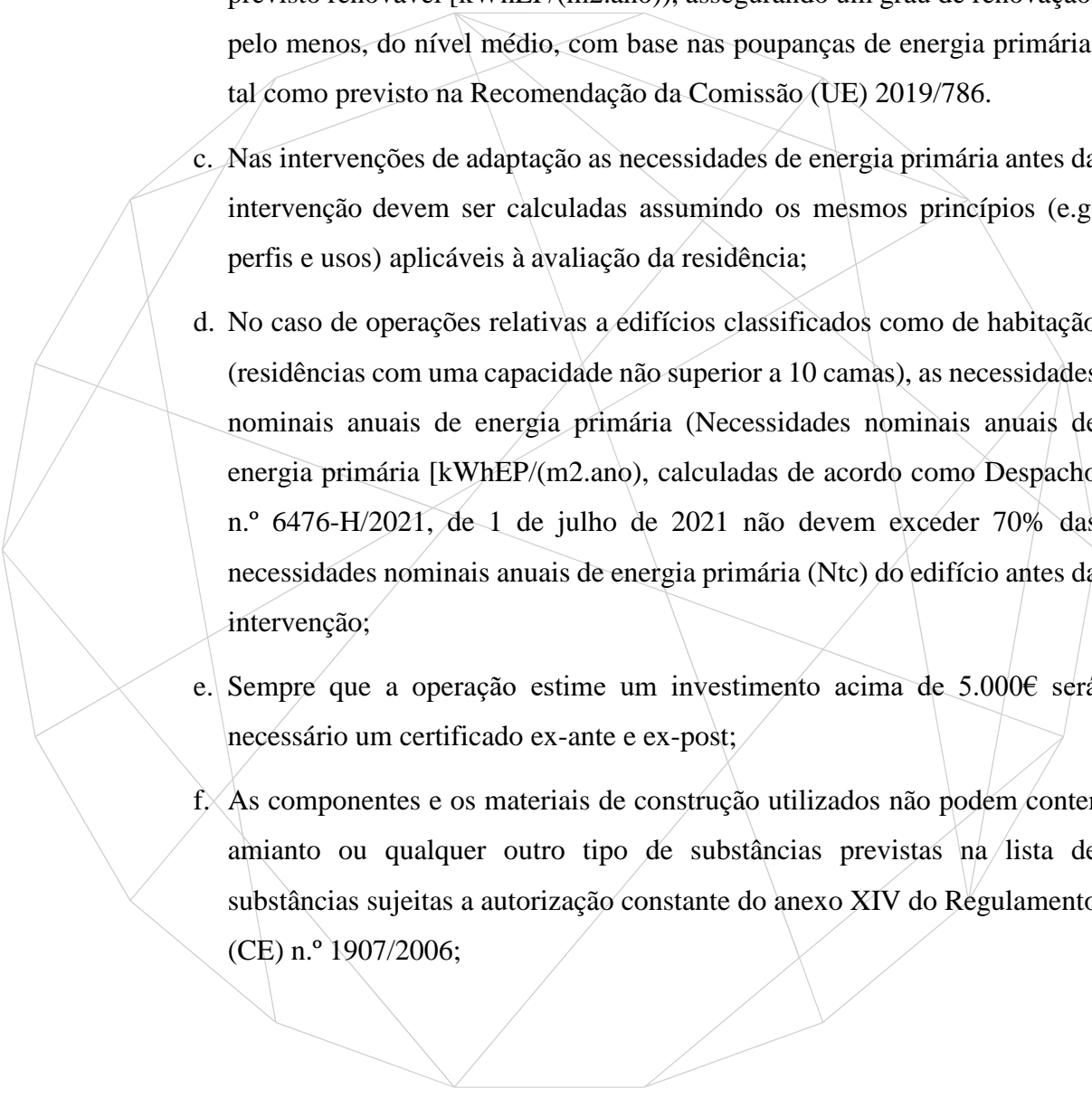
Avaliação do modo de apresentação das peças escritas, tendo em atenção que as mesmas têm de ser fácil e inequivocamente interpretadas por parte das entidades intervenientes na obra.

Verificação da conformidade do mapa de quantidades

Verificação da conformidade do mapa de quantidades apresentado pelos projetistas com o modelo do mapa de quantidades da plataforma eletrónica ACINGOV.

Verificação do cumprimento do Requisitos Ambientais da Cláusula 6ª do Contrato-Programa de Financiamento Nº 81_01/CO2-I06/2022, no âmbito do PNAES:

1. Os projetos integrados na tipologia de Nova Construção devem observar os seguintes requisitos:
 - a. O seu interior deve proporcionar condições de conforto com elevada eficiência energética, com uma procura de energia primária inferior em 20% ao requisito NZEB (edifícios com necessidades quase nulas de energia), devendo apresentar um indicador de eficiência energética RIEE (Rácio de classe energética em edifícios de comércio e serviços, conforme Despacho n.º 6476-E/2021, de 1 de julho) não superior a 0,60, calculado de acordo com a metodologia do Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro;
 - b. As residências novas classificadas como edifício de habitação (residências com uma capacidade não superior a 10 camas), não devem ter um indicador de eficiência energética RNT (Rácio de classe energética em edifícios de habitação, conforme Despacho n.º 6476-E/2021, de 1 de julho) superior a 0,40, de forma a assegurar uma procura de energia primária inferior em 20% ao requisito NZEB;
 - c. Os requisitos relativos ao desempenho energético dos edifícios devem estar expressamente previstos nos respetivos processos de contratação pública associados à execução destes projetos, nomeadamente através da sua inscrição no caderno de encargos.
2. Os projetos integrados nas restantes tipologias (aquisição, adaptação e renovação) devem observar os seguintes requisitos, de forma a assegurar o conforto necessário e uma elevada eficiência energética:
 - a. Cumprimento dos requisitos previstos no Sistema de Certificação Energética de Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 101-D/2020, de 7 de dezembro, na sua redação atual;

- 
- b. O valor das necessidades de energia primária para o edifício objeto de intervenção de adaptação/renovação, calculado de acordo com o Manual do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios – SCE, previsto no Despacho n.º 6476-H/2021, de 1 de julho, da Direção-Geral de Energia e Geologia, não deve exceder 70% das necessidades de energia primária do mesmo edifício antes da intervenção (Indicador de eficiência energética previsto do tipo S [kWhEP/(m².ano) - Indicador de eficiência energética previsto renovável [kWhEP/(m².ano))), assegurando um grau de renovação, pelo menos, do nível médio, com base nas poupanças de energia primária, tal como previsto na Recomendação da Comissão (UE) 2019/786.
 - c. Nas intervenções de adaptação as necessidades de energia primária antes da intervenção devem ser calculadas assumindo os mesmos princípios (e.g. perfis e usos) aplicáveis à avaliação da residência;
 - d. No caso de operações relativas a edifícios classificados como de habitação (residências com uma capacidade não superior a 10 camas), as necessidades nominais anuais de energia primária (Necessidades nominais anuais de energia primária [kWhEP/(m².ano), calculadas de acordo como Despacho n.º 6476-H/2021, de 1 de julho de 2021 não devem exceder 70% das necessidades nominais anuais de energia primária (Ntc) do edifício antes da intervenção;
 - e. Sempre que a operação estime um investimento acima de 5.000€ será necessário um certificado ex-ante e ex-post;
 - f. As componentes e os materiais de construção utilizados não podem conter amianto ou qualquer outro tipo de substâncias previstas na lista de substâncias sujeitas a autorização constante do anexo XIV do Regulamento (CE) n.º 1907/2006;

- g. As componentes e os materiais de construção utilizados que possam entrar em contacto com ocupantes devem assegurar emissões inferiores a 0,06 mg de formaldeído por m³ de material ou componente e inferiores a 0,001 mg de compostos orgânicos voláteis cancerígenos das categorias 1^a e 1B por m³ de material ou componente, após ensaio em conformidade com as normas CEN/TS 16516 e eu 16000-3 ou com outras condições de ensaio e métodos de determinação normalizados comparáveis.
3. Os sistemas técnicos nos edifícios abrangidos por qualquer tipologia de operação, serão otimizados conforme eventos extremos previstos para as respetivas zonas climáticas, de modo a salvaguardar o conforto térmico para os ocupantes.
4. Durante a fase de construção serão consideradas medidas de mitigação das emissões de poeiras e ruído, tal como estabelecido no Regulamento Geral de Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, que prevê as regras para a realização de obras de construção civil, designadamente a obtenção de uma licença especial de ruído para a execução de atividades ruidosas e a limitação do período em que estas podem ser concretizadas.
5. As obras serão promovidas ao abrigo do novo regime geral da gestão de resíduos e do novo regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que transpõe para a legislação nacional as Diretivas (UE) 2018/849, 2018/850, 2018/851 e 2018/852.

6. Deve ser elaborado um plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (RCD), cujo cumprimento é demonstrado através da vistoria e constitui condição para a receção da obra, que respeite uma metodologia de triagem dos RCD prévia ao encaminhamento para aterro, cumpra as normas relativas à aplicação da hierarquia de gestão de resíduos e que favoreça os métodos construtivos que facilitem uma demolição seletiva orientada para a aplicação dos princípios da prevenção e redução e da hierarquia dos resíduos, e a conceção para a desconstrução, nomeadamente que permita desmontar o edifício em elementos (não só os mais facilmente removíveis, designadamente caixilharias, loiças sanitárias, canalizações, entre outros, mas também os outros componentes e/ou materiais) de forma a recuperar e permitir a reutilização e reciclagem da máxima quantidade de elementos e/ou materiais construtivos, garantindo a valorização de todos os RCD que tenham potencial de valorização de acordo com o regime das operações de gestão de RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação em vigor.
7. Sem prejuízo dos números anteriores, os operadores económicos responsáveis pela intervenção garantem que pelo menos 70% (em peso) dos resíduos de construção e demolição não perigosos produzidos (excluindo os materiais naturais referidos na categoria 17 05 04 na Lista Europeia de Resíduos pela Decisão 2000/532 / CE) serão preparados para reutilização, reciclagem e recuperação de outros materiais, incluindo operações de enchimento usando resíduos para substituir outros materiais, de acordo com a hierarquia de resíduos, recorrendo para o efeito a operadores de gestão de resíduos devidamente licenciados, sempre que a legislação nacional assim o exija.
8. É garantida ainda a utilização de pelo menos 5%, até 30 de junho de 2021, e 10%, a partir de 1 de julho de 2021, de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas de construção e de manutenção de infraestruturas ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP).

9. As obras de construção devem ser promovidas de acordo com as orientações de boas práticas estabelecidas no Protocolo de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição da UE (https://ec.europa.eu/growth/content/eu-construction-and-demolition-waste-protocol-0_pt) e com os critérios ecológicos, em particular para o conjunto de bens e serviços que dispõem já de manuais nacionais (<https://encpe.apambiente.pt/content/manuais?language=pt-pt>) ou Acordos-Quadro em vigor ou, no caso de bens e serviços que não dispõem de Manuais ou Acordos-Quadro nacionais, à adoção, a título facultativo, dos critérios estabelecidos a nível da UE (https://ec.europa.eu/environment/gpp/eu_gpp_criteria_en.htm).

Meios humanos / Constituição da equipa

A mobilização e seleção de todos os meios humanos necessários e exigidos nos termos da legislação em vigor sobre a matéria para a execução dos trabalhos a cargo do adjudicatário **são da sua inteira responsabilidade** exigindo-se, no entanto, as seguintes condições:

Coordenação da equipa de revisão

A equipa de revisão pluridisciplinar será coordenada por um técnico que centralizará a informação e assegurará os contatos com a entidade contratante e a equipa projetista.

Responsável pela equipa de revisão

O técnico que desempenhe e assuma a função de Coordenador de todos os estudos, a serem elaborados e entregues pela equipa pluridisciplinar atrás referida será o responsável pela atuação de toda a equipa, assim como individualmente por cada um dos elementos que a compõem.

Constituição nominativa e respetivos curricula da equipa

Deverá ser indicada a constituição nominativa e respetivos *curricula* da equipa pluridisciplinar.

Experiência na área

A esta prestação de serviços o co-contratante deverá afetar técnicos com o mínimo de 5 anos de experiência em Revisão de Projeto na Especialidade relativa ao Estudo, Projeto ou Plano a rever, comprovada curricularmente.

Substituição de elementos da equipa

Qualquer substituição da coordenação ou dos responsáveis pelas diversas especialidades referidas em 4.3 deverá ser por técnicos com perfis curriculares semelhantes ou mais vastos e carece de acordo prévio da entidade contratante.

Meios materiais e equipamentos

Meios materiais necessários à prestação de serviços

Todos os meios materiais necessários aos trabalhos (meios de transporte, tratamento informático, etc.), são todos da responsabilidade do adjudicatário, incluindo a sua eventual aquisição, manutenção e exploração.

Equipamentos

O adjudicatário, obriga-se a apetrechar-se com o equipamento necessário e em quantidade suficiente, de modo a garantir a boa qualidade da prestação de serviços.

Instalações

O adjudicatário disporá, para realizar a prestação de serviços, das instalações que entender por convenientes, estando estas a seu cargo.

Meios de transporte

O adjudicatário disporá dos meios de transporte necessários à prestação de serviços que entender por convenientes, estando estas a seu cargo.

Materiais e equipamentos de escritório, de desenho, de reprodução, de arquivo e de consumo corrente

Os materiais e equipamentos de escritório, de desenho, de reprodução, de arquivo e de consumo correntes necessários à prestação de serviços serão da responsabilidade do adjudicatário, no que se refere à sua aquisição e exploração.

Meios informáticos

O adjudicatário deverá dispor de um sistema informático, de modo a cumprir as tarefas indicadas neste Caderno de Encargos.